



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GABINETE DO MINISTRO

Portaria MEC n.º 300, de 30 de janeiro de 2006

Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; o Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001; bem como a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º Aprovar, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, anexo a esta Portaria.

Art. 2º Em observância ao disposto no § 1º do art. 3º da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, o Instrumento referido no art. 1º deverá prever, quanto às universidades, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação stricto sensu, considerando satisfatório o funcionamento de pelo menos um programa de doutorado e três programas de mestrado, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelas instâncias competentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO I

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-
INEP

INSTRUMENTO PARA A AVALIAÇÃO EXTERNA DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO
SUPERIOR - EXTRATO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Dimensões de Avaliação **Pesos**

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

05

2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

30

3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

10

4. A comunicação com a sociedade.

05

5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

20

6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

05

7. Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. 10

8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional. 05

9. Políticas de atendimento aos estudantes.

05



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

05

TOTA L

100

Dimensões, Grupos de Indicadores e Indicadores

1.A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

1.1. Articulação entre PDI e o PPI

1.1.1. Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Ensino

1.1.2. Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Pesquisa

1.1.3. Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Extensão

1.1.4. Articulação entre o PDI e o PPI nas Políticas de Gestão Acadêmica

1.2. Aderência do PDI com a realidade institucional

1.2.1. Coerência das propostas do PDI com a realidade institucional e cumprimento do cronograma

1.2.2. Utilização do PDI como referência para programas e projetos

1.3. Articulação entre o PDI e a Avaliação Institucional

1.3.1. Articulação entre o PDI e a Auto-avaliação

1.3.2. Articulação entre o PDI e as Avaliações Externas

2.A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

2.1. Projeto Pedagógico Institucional (PPI): graduação (presencial e a distância)

2.1.1. Políticas Institucionais para a Graduação, Graduação Tecnológica (quando for o caso), Cursos Seqüenciais (quando for o caso) e formas de sua operacionalização

2.1.2. Articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)

2.2. *Projeto Pedagógico Institucional (PPI): especialização e educação continuada (presencial e a distância)*

2.2.1. Políticas Institucionais para a Pós-Graduação lato sensu e formas de sua operacionalização



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- 2.2.2. Vinculação da especialização e educação continuada com a formação e as demandas regionais
- 2.3. *Projeto Pedagógico Institucional (PPI): programas de pós-graduação stricto sensu (presencial e a distância)*
 - 2.3.1. Políticas Institucionais para a Pós-Graduação stricto sensu e formas de sua operacionalização.
 - 2.3.2 Atuação e recursos do órgão coordenador das atividades e políticas de pós-graduação stricto sensu
- 2.4. Projeto Pedagógico Institucional (PPI): pesquisa
 - 2.4.1. Políticas Institucionais de práticas de investigação, Iniciação científica, de Pesquisa e formas de sua operacionalização.
 - 2.4.2. Participação do corpo docente e do corpo discente (envolvimento e recursos)
- 2.5. Projeto Pedagógico Institucional (PPI): extensão
 - 2.5.1. Políticas Institucionais de Extensão e formas de sua operacionalização
 - 2.5.2 Vinculação das atividades de extensão com a formação e sua relevância na comunidade

3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

- 3.1. Nas políticas institucionais
 - 3.1.1. Compromisso da IES com os programas de inclusão social, ação afirmativa e inclusão digital
 - 3.1.2. Relações da IES com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho
- 3.2 Nas atividades de ensino, pesquisa e extensão
 - 3.2.1. Responsabilidade Social no Ensino
 - 3.2.2. Responsabilidade Social na Pesquisa
 - 3.2.3. Responsabilidade Social na Extensão
- 4. A comunicação com a sociedade
 - 4.1. Comunicação interna
 - 4.1.1. Canais de comunicação e sistemas de informações
 - 4.1.2. Ouvidoria
 - 4.2. Comunicação externa
 - 4.2.1. Canais de comunicação e sistemas de informações
 - 4.2.2. Imagem pública da IES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

5.1. Perfil docente

5.1.1. Titulação

5.1.2. Publicações e produções

5.2. Condições Institucionais para os docentes

5.2.1. Regime de Trabalho

5.2.2. Plano de Carreira

5.2.3. Políticas de Capacitação e de acompanhamento do trabalho docente e formas de sua operacionalização

5.3. Corpo técnico-administrativo e as condições institucionais

5.3.1. Perfil técnico-administrativo (formação e experiência)

5.3.2. Plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo

6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

6.1. Administração Institucional

6.1.1. Gestão institucional

6.1.2. Sistemas e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas

6.2. Estrutura de Órgãos Colegiados

6.2.1. Funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior ou equivalente

6.2.2. Funcionamento, representação e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente

6.2.3. Funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo ou equivalente

7. Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

7.1. Instalações gerais: espaço físico

7.1.1. Instalações gerais

7.1.2. Instalações acadêmico-administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.)

7.1.3. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

7.2. Instalações gerais: equipamentos

7.2.1. Acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet

7.2.2. Plano de expansão e atualização dos software e equipamentos

7.3. Instalações gerais: serviços

7.3.1. Manutenção e conservação das instalações físicas

7.3.2. Manutenção e conservação dos equipamentos

7.3.3. Apoio logístico para as atividades acadêmicas

7.4. Biblioteca: espaço físico e acervo

7.4.1. Instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo

7.4.2. Informatização

7.4.3. Políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização

7.5. Biblioteca: serviços

7.5.1. Serviços (condições, abrangência e qualidade)

7.5.2. Recursos Humanos

7.6. Laboratórios e instalações específicas: espaço físico, equipamentos e serviços

7.6.1. Políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização

7.6.2. Políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização

7.6.3. Políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização

8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional

8.1. Auto-avaliação

8.1.1. Participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados

8.1.2. Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados da auto-avaliação

8.2. Avaliações externas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- 8.2.1. Ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC
- 8.2.2. Articulação entre os resultados das avaliações externas e os da auto-avaliação
- 9. Políticas de atendimento aos estudantes
 - 9.1. Programa de apoio ao desenvolvimento acadêmico do discente
 - 9.1.1. Programas de apoio ao discente
 - 9.1.2. Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos
 - 9.2. Condições Institucionais para os discentes
 - 9.2.1. Facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos
 - 9.2.2. Apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente
 - 9.2.3. Bolsas acadêmicas
 - 9.2.4. Apoio e incentivo à organização dos estudantes
 - 9.3. Egressos
 - 9.3.1. Política de acompanhamento do egresso
 - 9.3.2. Programas de educação continuada voltados para o egresso

10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

- 10.1. Captação e alocação de recursos
 - 10.1.1. Compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto
 - 10.1.2. Alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais
 - 10.1.3. Alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo
 - 10.2. Aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão
 - 10.2.1. Compatibilidade entre o ensino e as verbas e os recursos disponíveis
 - 10.2.2. Compatibilidade entre a pesquisa e as verbas e os recursos disponíveis
 - 10.2.3. Compatibilidade entre a extensão e as verbas e os recursos disponíveis
- Forças/Potencialidades
Fragilidades/Pontos que requerem melhoria
Recomendações
Parecer Analítico Final da Comissão de Avaliação Externa da IES
Avaliação do Instrumento pela Comissão